



PLANOS DE GOVERNO, EDUCAÇÃO FÍSICA E ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016 NO RIO DE JANEIRO

  Emanuel Borges Candal¹

  Marcelo Paula de Melo²

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
Nome: Emanuel Borges Candal
E-mail: candal.ufrj@gmail.com
Instituição: Educação Básica do Rio de Janeiro, Brasil

Submetido: 11/03/2019
Aprovado: 01/05/2020
Publicado: 08/10/2020

 10.20396/rho.v20i0.8654909
e-Location: e020053
ISSN: 1676-2584

Checagem
Antiplágio



Distribuído
Sobre



RESUMO

O campo da Educação Física tem sido objeto de debates em relação às políticas públicas em diversas áreas da ação estatal. Esse trabalho visa analisar as indicações para as políticas de Educação Física presentes nos planos de governo apresentados pelas candidaturas à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro das coligações “Por um Rio mais humano” (CRIVELLA\PRB), “Mudar é possível” (FREIXO\PSOL) e “Juntos pelo Rio” (PEDRO PAULO\PMDB) no pleito de 2016. Concluímos a existência de aproximações programáticas e concepções de mundo entre as candidaturas Crivella\PRB e Pedro Paulo\PMDB, assim como distâncias significativas em relação ao projeto de Freixo\PSOL. Essas aproximações e distanciamentos implicam em concepções divergentes sobre Educação Física, Esporte e Educação, bem como suas políticas. Também é possível observar um grande distanciamento mesmo da candidatura “Mudar é possível” dos acúmulos críticos da Educação Física, em alguns momentos reforçando formulações consideradas tradicionais/conservadoras no campo.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de governo. Educação física. Rio de Janeiro.



GOVERNMENT PLANS, PHYSICAL EDUCATION AND MUNICIPAL ELECTIONS 2016 IN RIO DE JANEIRO

Abstract

The field of Physical Education has been object of debates in relation to the public policies in multiple areas of the state action. This work aims to analyze the indications for Physical Education policies present in the government plans presented by the candidates to the city council of Rio de Janeiro of the coalitions "Por um Rio mais humano" (CRIVELLA \ PRB), "Mudar é possível" (FREIXO \ PSOL) and "Juntos pelo Rio" (PEDRO PAULO \ PMDB) in the 2016 election. We conclude the existence of programmatic approaches and world conceptions between the Crivella \ PRB and Pedro Paulo \ PMDB applications, as well as significant distances from the Project of Freixo \ PSOL. These approximations and distances imply divergent conceptions about Physical Education, Sports and Education, as well as their policies. It is also possible to observe a great distance from even the application "Change is possible" of critical accumulations of Physical Education, at times reinforcing formulations considered traditional / conservative in the field.

Keywords: Government plan. Physical education. Rio de Janeiro.

PLANES DE GOBIERNO, EDUCACIÓN FÍSICA Y ELECCIONES MUNICIPALES 2016 EM RIO DE JANEIRO

Resumen

El campo de la Educación Física ha sido objeto de debates en relación a las políticas públicas en diversas áreas de la acción estatal. Este trabajo tiene como objetivo analizar las indicaciones de las políticas de educación física presentes en los planes de gobierno presentados por las candidaturas a Intendencia de Río de Janeiro de las coaliciones "Por um Rio mais humano" (CRIVELLA \ PRB), "Mudar é possível" (FREIXO \ PSOL) y "Juntos pelo Rio" (PEDRO PAULO \ PMDB) en la selección de 2016. Concluimos la existencia de aproximaciones programáticas y concepciones de mundo entre las candidaturas Crivella \ PRB y Pedro Paulo \ PMDB, así como distancias significativas en relación al proyecto de Freixo \ PSOL. Esas aproximaciones y distanciamientos implican concepciones divergentes sobre Educación Física, Deporte y Educación, así como sus políticas. También es posible observar un gran distanciamiento incluso de la candidatura "Cambiar es posible" de los acúmulos críticos de la Educación Física, en algunos momentos reforzando formulaciones consideradas tradicionales / conservadoras en el campo.

Palabras claves: Plan de gobierno. Educación física. Río de Janeiro.



INTRODUÇÃO

O campo da Educação Física- tomado enquanto universo das criações humanas sistematizadas nas formas de esportes, lutas, danças, jogos, ginásticas, presentes no sistema educacional e também nos momentos de lazer em diversas formações sociais (COLETIVO DE AUTORES, 1992) - tem sido objeto de debates em relação às políticas públicas em diversos campos da ação estatal. Com os recentes megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro, ficam ainda mais em voga as ações e discursos sobre o tema. Algumas inquietações emergem sobre quais as definições de Educação Física que nortearão as ações, propostas e discursos presentes nas políticas públicas. Por isso, estudar as ações estatais nesse campo - desde a concepção e fundamentos dessas ações, passando pelas formas de execução e materialização (ou não) dessas políticas- é mais que urgente e necessário.

Dessa maneira, este trabalho visa analisar as indicações para as políticas de Educação Física presentes nos planos de governo apresentados e publicizados pelas candidaturas à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro das coligações “Por um Rio mais humano” (PRB, PR e PTN), “Mudar é possível” (PSOL e PCB) e “Juntos pelo Rio” (PMDB, PDT, DEM, PP, Solidariedade, PSL, PTB, PTdoB, PTC, PMN, PSDC, PEN, PROS, PRTB e PHS) no pleito de 2016. A escolha das coligações para análise dos planos de governo teve como base a disputa do segundo turno entre as duas primeiras apresentadas (“Por um Rio mais humano” e “Mudar é possível”) e a terceira coligação (“Juntos pelo Rio”) como representante da gestão anterior do município, além de terem sido as três mais votadas respectivamente durante o primeiro turno. Especialmente, iremos analisar as propostas que incidem no campo da Educação Física, seus entrecruzamentos com a educação expostos nos documentos e os possíveis norteamientos e referenciais teórico-políticos que balizaram suas construções. Partindo disso, este trabalho pretende responder as seguintes questões:

A) Como se dá a relação entre Estado e campo da Educação Física nos planos de governo?

B) É possível apreendermos diferenças, divergências e antagonismos consideráveis de concepções de mundo e projeto de sociedade a partir das propostas das políticas de Educação Física das referidas candidaturas?

Para tal, será necessária a realização de vasta revisão bibliográfica sobre políticas de Esportes e Lazer e papel do Estado, bem como suas modificações nos anos de neoliberalismo. O presente trabalho se debruçará com maior enfoque nas análises documentais dos planos de governos dos candidatos.

Evangelista (2012) traz contribuições importantes no que diz respeito à análise documental no campo das políticas educacionais em especial. Esse processo de análise documental está diretamente relacionado aos determinantes de uma investigação que tem um objetivo definido, seja ele discutir, desconstruir, criticar, etc. É papel também do pesquisador



entender e marcar sua posição histórica e seu norteamento político com clareza, bem como analisar o documento inserido em tais questões, compreendendo os discursos apresentados como não aleatórios, mas com sentidos e perspectivas, tentando decompor a fonte com ampla reflexão de contextos. Como podemos identificar no trecho, Evangelista (2012, p. 7) defende ser tarefa dos intelectuais:

[...] encontrar o sentido dos documentos e com eles construir conhecimentos que permitam não apenas o entendimento da fonte, mas dos projetos históricos ali presentes e das perspectivas que - não raro obliteradas no texto - estão em litígio e em disputa pelo conceito, pelo que define o mundo, pelo que constitui a história.

Outro apontamento por parte da autora é sobre a importância que deve ser dada não somente para aquilo que foi escrito, mas também para o que não foi. Assim, defende: “[...] o que a fonte silencia pode ser mais importante do que o que proclama, razão pela qual nosso esforço deve ser o de apreender o que está dito e o que não está.” (EVANGELISTA, 2012, p. 10).

A conformação da Educação Física brasileira- seja enquanto disciplina da educação básica, mas também o universo das vivências corporais fora do universo escolar-, com suas origens fincadas nas instituições médicas e militares (BRACHT, 1999; CASTELLANI FILHO, 1998) esteve por longo tempo assentado em pressupostos conservadores. Com isso, pretendemos afirmar que do ponto de vista moral (no campo dos costumes e normas de conduta), pedagógico (no sentido de metodologia de ensino), enquanto direito social (preocupações de democratizar o acesso de amplos estratos da população aos seus elementos constitutivos, a saber a cultura corporal) e político (ser partícipe de um processo de emancipação e melhoria das condições de vida da maioria da população) o campo da Educação Física- malgrado exceções pontuais- marchou por longos anos a serviço do bloco dominante, a despeito das mudanças internas de correlação de forças desse bloco. Da concepção higienista da virada do século XX e das décadas iniciais (CASTELLANI FILHO, 1998; BRACHT, 1999), passando pela substituição da ginástica pelos esportes (em sua ampla variedade, com destaque no caso brasileiro ao futebol) (KUNZ, 1994; COLETIVO DE AUTORES, 1992) como seu elemento mais presente nas intervenções no sistema educacional e fora desse a partir de meados do século passado, incluindo à chamada onda fitness de culto ao corpo dos anos 1980 em diante, o campo da Educação Física foi associado por longo tempo a uma concepção de pouco questionamento de suas contribuições ao enfrentamento- em diversas frentes, no sistema educacional, no sistema de saúde pública, no âmbito do esporte de rendimento, no âmbito do lazer, dentre outras possibilidades- de quadro reinante de desigualdade social, econômica e participação política restrita, limitada e violentamente reprimida para amplos estratos da população brasileira.

As mudanças drásticas na sociedade brasileira a partir da luta contra a ditadura e ao longo dos anos 1980 por intensificação de um projeto societário mais igualitário também impactou a Educação Física. Nesse contexto começam a surgir no interior da Educação Física questionamentos acerca de seu papel político no âmbito das relações sociais capitalistas. Um



crescente acúmulo de massa crítica começa a ganhar corpo a partir do início dos anos 1980. A área começa a deparar-se com um conflito interno, expresso, de maneira simplificada, nos embates entre as tendências críticas do papel do esporte, do corpo, da disciplina curricular e de outro, dos defensores das concepções biologicistas do corpo, do treinamento esportivo de alto rendimento, do mundo do Fitness e espetacularização do corpo e do esporte. (BRACHT, 1999; COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Esse confronto passa a se travar não apenas no âmbito acadêmico, mas também com a ocupação por parte de alguns professores de educação física, ainda que certamente amplamente minoritários e pouco representativos do conjunto da categoria, de posições de liderança em sindicatos de professores de diversos níveis da educação.

Discussões acerca do papel da disciplina curricular educação física, da relação desta com a prática social esporte e sua consideração como um conteúdo mais vislumbrado nas escolas brasileiras (BRACHT, 1999; COLETIVO DE AUTORES, 1992), da concepção de corpo e da relação da área com a ideia de um padrão de beleza idealizado e inacessível para ampla maioria da população, da precária, apressada e causal relação que se trava entre prática de atividade física e melhorias das condições de saúde passam a ser frequentes no campo da educação física a partir dos anos 1980.

A naturalização de concepção expressamente biológica, voltada abstrata e linearmente as condições da saúde- apartada de qualquer discussão concreta das implicações das condições de vida da população-, bem como uma visão idílica dos esportes como constitutivo de seu papel pedagógico marcaram área desde então. A batalha por direitos sociais em diversas frentes – educacionais, saúde, lazer, arte, urbanismo- como parte da luta por democratização da sociedade brasileira implicou numa aproximação do campo da Educação Física como alvo de políticas públicas. Não somente no tocante à educação básica, mas também na ocorrência das práticas corporais fora da escola nos momentos de lazer, as discussões e lutas políticas acerca do direito social a essas vivências têm sido férteis. Até por sua maior penetração e visibilidade na vida contemporânea, os esportes- enquanto prática corporal particular, caracterizada pela ocorrência do agonismo, de regras universalizadas e busca pelo rendimento como seu substrato- tendem a ser central da luta nas políticas públicas. Tanto no tocante ao acesso ao esporte de rendimento como lazer- num momento de intensa elitização das práticas e das possibilidades de assistir em campos, quadras, pistas e piscinas-, como do acesso lúdico em momentos de lazer por diversos grupos sociais, com faixas etárias variadas, os esportes também aparecem como parte da luta das maiorias sociais por uma vida com mais qualidade.

O QUE É UM PLANO DE GOVERNO: SUA OBRIGATORIEDADE E FUNÇÃO

O plano de governo cumpre papel de tornar público intenções, propostas, norteamientos e compromissos dos candidatos perante seus eleitores e a sociedade. É documento estruturante



para as ações de campanha e para a escolha do voto consciente dentro da lógica da estrutura eleitoral, e teoricamente deve nortear o período de gestão caso eleito.

Na atual legislação eleitoral consta a obrigatoriedade da apresentação dos planos de governo dos candidatos aos cargos executivos de Prefeito, Governador e Presidente da República no ato do registro de candidatura, sendo critério para o deferimento da mesma. Porém, tal obrigatoriedade só passa a existir a partir da alteração da Lei das Eleições (Nº 9504/97) com a Lei nº 12034/09 que inclui o inciso IX, no artigo 11, parágrafo 1º e entra em vigor no ano de 2010, sendo em 2012 sua primeira aplicação prática no pleito eleitoral. Nesse afirma-se que “O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos: [...]IX - propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República.” (BRASIL, 2009. p. 4).

A Lei não padroniza a forma de apresentação do plano de governo, deixando a critério da candidatura sua formatação, escrita, número de páginas, estudos de viabilidade, etc. Segundo o art. 36 da Lei das Eleições é também permitida a construção do plano a partir de congressos, reuniões, simpósios, encontros e derivados, mesmo fora do período de campanha eleitoral, desde que custeados pelos partidos e em locais fechados, não sendo classificado assim como propaganda irregular (BRASIL, 1997), possibilitando diálogo com os variados setores.

ELEIÇÃO MUNICIPAL 2016 NO RIO DE JANEIRO: ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO

As eleições municipais do Rio de Janeiro em 2016 ocorreram em um contexto político influenciados diretamente pelo então recente impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), do recém encerramento dos Jogos Olímpicos e ao início do acirramento da crise financeira do governo do estado do Rio de Janeiro, deixando diversos funcionários públicos e fornecedores sem pagamento. O pleito elegeu para os cargos de prefeito, vice-prefeito e de vereadores, este último com cinquenta e uma cadeiras. A propaganda eleitoral gratuita começou a ser exibida em 26 de agosto se estendendo até o dia 29 de setembro. (BRASIL, 2016).

Pesquisas iniciais apontavam um cenário incerto para o primeiro turno. Onze chapas disputavam os cargos de prefeito e vice-prefeito da cidade do Rio de Janeiro: Alessandro Molon (REDE)/Roberto Anderson (PV) da coligação “Todos Pelo Rio”; Carlos Osório (PSDB)/Aspásia Camargo (PSDB) da coligação “Rio de Oportunidades e Direitos”; Carmen Migueles (NOVO)/Tomas Pelosi (NOVO) não coligado; Cyro Garcia (PSTU)/Marília Macedo (PSTU) não coligado; Índio da Costa (PSD)/Hugo Leal (PSB) da coligação “Juntos pelo Carioca”; Jandira Feghali (PCdoB)/Edson Santos (PT) da coligação “Rio em Comum”; Flávio Bolsonaro (PSC)/Rodrigo Amorim (PRP) da coligação “O Rio Precisa de Força para Mudar”; Thelma Bastos (PCO)/Wagner Rolo (PCO) não coligado; Marcelo Crivella (PRB)/Fernando McDowell (PR) da coligação “Por Um Rio Mais Humano”, Pedro Paulo (PMDB)/Cidinha



Campos (PDT) da coligação “Juntos pelo Rio” e Marcelo Freixo (PSOL)/Luciana Boiteux(PSOL) da coligação “Mudar É Possível”;

Outro momento marcante foi a reforma da Lei das Eleições (nº 9504/97) conduzida pelo então presidente da Câmara, deputado federal Eduardo Cunha (PMDB)³. A partir da alteração de redação do caput do artigo 46, a presença dos candidatos nos debates televisivos só era garantida aqueles em que os partidos tivessem representação acima de nove deputados na Câmara Federal⁴, facultando a participação daqueles que não atendam tal condição à anuência das demais candidaturas. Tal fato levou à ausência de alguns candidatos nos debates televisionados.

No dia 2 de outubro de 2016, ocorreu a apuração dos votos do primeiro turno e com 27,78% de Marcelo Crivella da coligação “Por um Rio Mais Humano” (PRB, PR e PTN), e 18,26% de Marcelo Freixo da coligação “Mudar é Possível” (PSOL e PCB), o pleito se estendeu ao segundo turno. O candidato da situação, Pedro Paulo, da coligação “Juntos pelo Rio” (PMDB, PDT, DEM, PP, Solidariedade, PSL, PTB, PTdoB, PTC, PMN, PSDC, PEN, PROS, PRTB e PHS) fica em terceiro lugar com 16,12% dos votos e termina sua participação nas eleições de 2016, depois de dois mandatos consecutivos de seu partido. (BRASIL, 2016).

No dia 30 de outubro de 2016 se encerra o período eleitoral. E com 59,36% dos votos válidos, correspondente a 1.700,030 votos, o senador Marcelo Crivella, é eleito como prefeito do Rio de Janeiro. Marcelo Freixo obteve 40,64% dos votos (1.163,662), bem mais do que algumas pesquisas indicavam. O número de abstenções foi de 1.314,950 de eleitores, um total de 26,85%. (BRASIL, 2016). Posteriormente, Marcelo Crivella toma posse no dia 1 de janeiro de 2017 e tem sua gestão prevista até o dia 31 de dezembro de 2020.

É neste contexto que analisaremos os planos de governo, com especial foco nos eixos que incidem no campo da Educação Física. Analisaremos as reflexões, ausência das mesmas, colocações, aproximações e críticas aos entendimentos da Educação Física e ao Esporte. Apontaremos também possíveis limitações no que tange ao entendimento de concepções da Educação Física e seu papel nas diferentes esferas da sociedade.

PLANO DE GOVERNO COLIGAÇÃO “JUNTOS PELO RIO”. PREFEITO: PEDRO PAULO (PMDB) E VICE PREFEITA: CIDINHA CAMPOS (PDT)

O plano intitulado “O Rio que a gente quer” é composto por setenta e oito (78) páginas, tendo cinco (5) pilares de sustentação das propostas. A relação entre o público e o privado é ponto central do plano de governo apresentado, inclusive sendo motivo de orgulho da candidatura de Pedro Paulo (PMDB) em referência a diversas ações da gestão de seu antecessor, Eduardo Paes (PMDB)⁵. Ou seja, formas abertas de privatização das ações estatais constam como basilares desse projeto.



Avançando então para a análise específica dos campos do esporte e lazer no plano, podemos identificar já no primeiro pilar “Alto Valor Humano: Equidade de Oportunidades e Cidadania” citações diretas à relação entre esporte e escola. Tal divisão se debruça com maior ênfase nos programas educacionais. Especificamente no programa chamado “Cultura de Paz” (CANDIDATURA PEDRO PAULO E CIDINHA CAMPOS, 2016, p.19), onde vemos a escola como eixo central de difusão e aposta especialmente nas atividades extracurriculares para promoção desta cultura citada, além da formação específica de professores para este programa, inclusive como figura no eixo I da descrição a criação de uma metodologia por meio de parcerias para a materialização. O que nos chama atenção é em seu orçamento a totalidade do custeio e investimento de R\$ 21,8 milhões por parte exclusiva de fontes externas, como os setores privados de diferentes classificações.

Na segunda divisão intitulada: “Rio de Janeiro: Fonte de Bem-Estar, Qualidade de Vida e Dignidade”, já podemos encontrar nas metas, referências diretas ao campo esportivo nos itens 13 e 14. Assim, consta a menção a utilização de “[...] 100% dos equipamentos olímpicos em estrutura para promoção de atividades esportivas e/ou educativas para a população até 2018; Criação e aprovação de lei de incentivo à formação de atleta até 2018.” (CANDIDATURA PEDRO PAULO E CIDINHA CAMPOS, 2016, p. 8).

Em relação aos programas citados nesta divisão, iremos nos ater mais especificamente ao “Rio sempre olímpico”, “Rio: Cidade amiga do Idoso”, “Territórios Sociais” e “Todo jovem carioca” onde são citados diretamente o esporte. (CANDIDATURA PEDRO PAULO E CIDINHA CAMPOS, 2016).

No programa “Rio sempre Olímpico”, temos como principal preocupação os equipamentos esportivos pós Jogos Olímpicos, por meio dos supostos “legados”. Este programa visa apontar ações para o aproveitamento das instalações com um fundo de preocupação pública de supostos benefícios sociais para a população. Entretanto, tendo como saída mais uma vez a gestão privada destas instalações, que, de forma ainda mais clara no item V do mesmo programa, ressalta o apontamento da chamada Parceria Público Privada para a gestão dos chamados “projetos sociais”. Assim, o programa da candidatura Pedro Paulo (PMDB) e Cidinha Campos defende:

Buscar a sustentabilidade financeira, com parcerias junto à iniciativa privada, sobre parte da estrutura olímpica, tornando possível o investimento em projetos sociais nesses espaços que estimulem a prática do esporte amador e cidadão, com capacidade de impactar 12,5 mil pessoas. (CANDIDATURA PEDRO PAULO E CIDINHA CAMPOS, 2016, p. 27).

Não há nenhuma surpresa no programa do PMDB ter fortes ligações com as concepções neoliberais com a adoção integral das parcerias público-privadas, sendo o esporte de diferentes aspectos elemento direto destas ações. Os megaeventos, em especial os jogos olímpicos por se relacionar diretamente com a gestão municipal, se mostraram como uma grande justificativa



para a atuação destas ações em diferentes setores, como o próprio ex-prefeito Eduardo Paes anunciava em diversas entrevistas, como consta nesta realizada para o G1:

Fiz todo o ciclo olímpico. Mas isso não importa. A conquista dos Jogos pela cidade foi estimuladora de muitas transformações pelas quais o Rio passou nesse período. A Olimpíada virou uma boa desculpa para a gente fazer coisas que há muito tempo a cidade demandava e não conseguia realizar. Boa parte daquilo que fica das Olimpíadas, BRTs, expansão do metrô, derrubada da Perimetral, são todas coisas que a cidade clamava há muito tempo e a Olimpíada ajudou muito nesse processo. Olho a cidade como se ela fosse um atleta com uma meta para bater e obstáculos para superar. A cidade vem se comportando nessa direção [...]. (QUAINO, 2015).

No item III as menções ao esporte estão articuladas à educação escolar. Assim, a Candidatura Pedro Paulo e Cidinha Campos (2016, p. 26) afirma que irá:

- iii) investir na educação e no esporte como meio educador:
 - Disponibilizar material para a construção de quatro escolas a partir da infraestrutura nômade da Arena do Futuro do Parque Olímpico
 - Transformar a Arena Carioca 3 do Parque Olímpico em pelo menos uma GEOP (Ginásio Experimental Olímpico e Paralímpico), que atenderá mil alunos em tempo integral.

A utilização destes equipamentos esportivos com alto nível de equipamentos pelas escolas é de grande oportunidade para a vivência dos estudantes, até para estabelecer processos de reflexão diante das contradições que se estabelecem a partir dos megaeventos. Contudo, a concepção educacional destes espaços, como o ginásio experimental olímpico, é um debate profundo com altos questionamentos em uma escola com eixo norteador na formação de atletas de alto rendimento e na seletividade para composição do corpo discente criando assim ilhas de referência como propagandeadoras de uma suposta excelência na gestão educacional, em vários casos com o estabelecimento de parcerias com o setor privado.

No programa “Rio: Cidade Amiga do Idoso”, ressaltaremos o item II com menção aos programas esportivos destinados à terceira idade como um dos eixos de participação ativa na vida da cidade. O texto menciona:

- ii) Gerar oportunidades aos idosos de participação na vida da cidade, bem como de aprendizado contínuo ao oferecer e estimular opções de trabalho, estudo, voluntariado, atividades de lazer e cultura
(...) – Oferecer atividades físicas e sociais utilizando academias da Terceira Idade, praças, lonas culturais, bibliotecas municipais e vilas olímpicas existentes. (CANDIDATURA PEDRO PAULO E CIDINHA CAMPOS, 2016, p. 26).

No item citado, o voluntariado aparece como oportunidade de participação na cidade. Todavia, a promoção de tal prática é parte central como forma de baratear e intensificar exploração sobre a força de trabalho em troca de uma suposta recompensa moral. (CANDAL, 2017). É plenamente coerente a menção aos estímulos ao trabalho para idosos com a defesa pelo PMDB de uma reforma da Previdência- tanto no governo golpista de Michel Temer (2016-2017), como no projeto debatido no início de 2019 no governo Bolsonaro - que praticamente



impede o direito a aposentadoria, inviabilizando sua obtenção, seja pelo aumento da idade mínima, seja rebaixando valores com exigência de anos de contribuição quase inalcançáveis as grandes maiorias. Além do mais, o sucateamento dos equipamentos produzido pelo contingenciamento de recursos públicos, transferências de verbas federais para estados e municípios e pela aprovação da PEC 241 de contenção e congelamento de gastos públicos por 20 anos pelo governo golpista de Temer (PMDB) praticamente inviabiliza à manutenção desses equipamentos como Lonas Culturais, bibliotecas e Vilas Olímpicas. Esse quadro já estava delineado antes da realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Já em janeiro daquele ano, algumas unidades cortaram lanches dos alunos, e iniciaram o atraso de salários dos seus trabalhadores. (BERTOLOTTO, 2016). Como mostra a reportagem de Rodrigo Bertolotto (2016), publicada exatamente no dia da abertura dos Jogos em 05 de agosto de 2016, a Vila Olímpica do Alemão esteve fechada desde julho de 2016, com fim do contrato de gestão de 5 anos entre a PMRJ e a Organização Social Movimento Cultural Social. Tal quadro foi aprofundado após os Jogos em 2016 e, a medida que encerrou o ano, atingiu proporções mais aguçadas. A gestão Eduardo Paes (PMDB) encerrou unilateralmente alguns contratos de gestão com Organizações Sociais, além de não aprovar- diferente de outros anos- nenhum aditivo, nem a realização de novos certames de seleção de Organização Social para garantir permanência das atividades.

Ao mesmo tempo, a reportagem de Bertolotto (2016) traz um dado que indica como privatização das políticas sociais tem uma face perversa. Ao mencionar o contraste entre as Vilas Olímpicas precarizadas e outras que funcionaram em boas condições, o jornalista menciona um convênio de algumas Organizações Sociais com uma empresa de material esportivo- sem mencionar a duração desses contratos- fazendo com a precariedade não se apresente. Como mostra estudo de Melo (2017) sobre a lei da Organizações Sociais da cidade do Rio de Janeiro, o texto aprovado pelo legislativo carioca menciona expressamente a possibilidade de outras fontes de financiamento. Não obstante, temos a diminuição do fundo público como garantidor de direitos sociais- embora não haja garantia alguma que esses recursos advindos das empresas não sejam originários de renúncia e isenção fiscal, portanto estamos falando de fundo público e não parte do lucro das companhias destinados aos programas. Trata-se, no dito popular, do bom e velho “pescar com a vara alheia”, no caso, empresas privadas apresentando-se como apoiadoras do esporte, mas com recursos que deveriam ser destinados aos cofres públicos.

No mesmo item do plano de governo aparecem os programas já existentes no campo esportivo realizados pela prefeitura. As vilas olímpicas estão presentes, além de outros espaços de lazer e cultura com a mesma forma de gestão via Organizações Sociais. Já em outubro de 2016, após o resultado do primeiro turno das eleições municipais, em que a candidatura de Pedro Paulo (PMDB) ficou de fora do segundo turno disputado entre Marcelo Crivella (PRB) e Marcelo Freixo (PSOL), iniciaram o encerramento de atividades de uma série de Vilas Olímpicas. A gestão Eduardo Paes (PMDB) encerrou unilateralmente alguns contratos de gestão com Organizações Sociais, além de não aprovar- diferente de outros anos- nenhum



aditivo, nem a realização de novos certames de seleção de Organização Social para garantir permanência das atividades.

O ano de 2017 iniciou com 13 das 22 vilas Olímpicas fechadas sem atendimento ao público devido encerramento do contrato de gestão com organizações sociais. (MAIS..., 2019). As unidades fechadas eram as Vilas Olímpicas localizadas nos bairros: Padre Miguel, Complexo do Alemão, Centro, Caju, Gamboa, Deodoro, Vila Kennedy, Campo Grande, Mangueira, Santo Cristo, Fazenda Botafogo, Vidigal e Vila Isabel. (RODRIGUES, 2017). Alguns desses equipamentos também funcionavam como espaço de treinamento de uma série de modalidades para atletas. O prejuízo social e esportivo é incalculável. Se em janeiro de 2017 o número de unidades fechadas era 13, noutra reportagem de abril de 2017, há uma indicação de reabertura para maio do mesmo ano de 15 unidades fechadas. Mais ainda, houve o reconhecimento da gestão Crivella- então há apenas 5 meses a frente da PMRJ- que apenas 2 Vilas Olímpicas funcionavam plenamente. (RODRIGUES, 2017).

Na divisão “Territórios Sociais”, onde são apresentadas regiões da cidade com maior grau da chamada vulnerabilidade social, estruturam-se III planos de ação por áreas. Na área educacional, o esporte figura como uma das atividades a serem incluídas no plano de atividades desta população em vulnerabilidade. (CANDIDATURA PEDRO PAULO E CIDINHA CAMPOS, 2016, p. 30). Novamente à menção ao programa Vilas Olímpicas transparece.

Assim como no programa posterior “Todo Jovem Carioca”, que tem como principal preocupação a juventude, observa-se como justificativa no plano a maior vulnerabilidade emocional dessa faixa etária, principalmente dos 15 aos 19 anos, com maior probabilidade de realizar “escolhas negativas”. Mais uma vez o esporte aparece no item III para “direcionamento positivo” na vida do jovem sendo uma das ações de um núcleo proposto para ser responsável pela gestão e monitoramento de todos os programas ofertados pela prefeitura, além de outro eixo de atuação, a partir do que chama de “mentorias”. Esses objetivam:

iii) Direcionar jovens para os projetos ofertados pela Prefeitura mais relevantes ao seu plano de vida, aumentando as chances de obtenção de resultados positivos. Sendo os projetos coordenados pelo núcleo de gestão e combinados em cinco pacotes de oportunidades: escolarização; formação profissional; colocação profissional; desenvolvimento socio-cultural; prática de esportes. (CANDIDATURA PEDRO PAULO E CIDINHA CAMPOS, 2016, p. 31).

Portanto sem analisar profundamente o possível funcionamento dos tais programas, é fácil identificar o esporte como elemento presente nas relações de salvação de grupos precarizados sem qualquer análise que leve em conta as condições materiais que envolvem a vida destas pessoas. Sempre numa perspectiva de buscar respostas simplificadas para questões sociais densas e amplas, clama-se pelas ações esportivas para jovens- quase sempre pobres- como suposto antídoto ou anteparo a condutas problemáticas dos mesmos. (CANDAL, 2017).

O plano segue com temáticas referentes ao lazer, como parques e a própria importância do aumento da malha cicloviária cidade, além de sua integração com o transporte público,



culminando no projeto “Rio Capital das Bicicletas”. (CANDIDATURA PEDRO PAULO E CIDINHA CAMPOS, 2016, p. 53). A questão das ciclovias, por exemplo, tem como indicativo de orçamento R\$ 73,3 milhões de investimento com recursos externos e teoricamente sem nenhum custo para a prefeitura, como consta no orçamento para o programa. Como resultado esperado para este programa, é destacado o:

Estabelecimento de deslocamentos mais seguros para aqueles que já utilizam a bicicleta como modal de transporte sustentável e aumento no número de ciclistas, com rotas implantadas, que tenham como destino não só as estações de transportes de massa (BRT, VLT, trens, barcas e metro), bem como os principais equipamentos urbanos, os centros de comércio, serviços e de lazer (...). (CANDIDATURA PEDRO PAULO E CIDINHA CAMPOS, 2016, p. 53).

Porém, confrontando com o real, é importante lembrar da ciclovias que com indícios de licitação de obra fraudada e relações de parentesco entre a empresa responsável pela realização e secretários da própria gestão Paes, desabou em abril de 2016, matando dois ciclistas. Sendo assim, ressaltamos uma grande contradição no resultado esperado de deslocamentos com mais segurança, como no item apresentado, e as relações estreitas entre Estado e setor privado, inclusive a partir das práticas do governo citado e da então possível continuação. O caso foi amplamente divulgado nos meios midiáticos, como consta na reportagem do jornal Estadão:

A empreiteira Concremat, responsável pela construção da ciclovias Tim Maia, que desabou nesta quinta-feira, 21, no Rio, pertence à família do secretário de Turismo da cidade do Rio, Antônio Pedro Viegas Figueira de Mello. Ao menos duas pessoas morreram no desabamento de um trecho da ciclovias, inaugurada em janeiro deste ano. (AFFONSO, 2016).

São evidentes as contradições que se apresentam em um plano de governo que propõe equidade em alguns setores, mas é estruturado pelas características fundamentais neoliberais de gestão estatal e organização da vida social em todas as divisões apresentadas. O caso da “reinvenção da máquina pública” é evidente na perspectiva de adequação do papel do Estado à estratégia neoliberal e a afirmação da melhora dos serviços quando geridos pelo setor privado. “O Rio que a Gente Quer” nos parece então atender a um querer: o querer da burguesia e das relações do uso do Estado para aumento da margem lucrativa em detrimento de milhões de trabalhadores e seus direitos. Inclusive o de chorar, sorrir, abraçar, vivenciar, jogar e se movimentar com alegria sem necessariamente consumir ou sustentar o lucro de outros com seus corpos.

PLANO DE GOVERNO COLIGAÇÃO “MUDAR É POSSÍVEL”. PREFEITO: MARCELO FREIXO (PSOL) E VICE PREFEITA: LUCIANA BOITEUX (PSOL)

O plano de governo da coligação “Mudar é possível”, composto de 68 páginas, é estruturado, para além de sua apresentação, em temáticas com uma breve contextualização



inicial, carregadas de crítica analisando a situação atual dos temas, apontando as contradições e um norteamento balizador para as ações a serem propostas em cada eixo, intituladas “Prioridades e Compromissos”. O plano se divide em: Apresentação, Planejamento e Gestão, Justiça Socioambiental, Trabalho Digno e Distribuição de Renda, Moradia, Mobilidade Urbana, Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Segurança Cidadã, Lazer, e por fim, Esporte. No presente trabalho iremos nos debruçar nos campos da Educação, Lazer e Esporte.

A apresentação inicia identificando as fortes desigualdades presentes no Rio de Janeiro, a partir da análise de uma cidade pautada nas opressões e de práticas íntimas dos setores privados com o Estado, levando à reflexão das prioridades de um sistema político viciado nas corporativas relações com os “poderosos” empresários de setores historicamente ligados à gestão pública.

O Programa Marcelo Freixo\Luciana Boiteux (PSOL) é preciso ao analisar a adequação da cidade do Rio de Janeiro às estratégias neoliberais, com transformação do cotidiano carioca pela radicalização da mercantilização da vida. Em seu último parágrafo, identificamos a referência ao esporte e lazer relacionados com a meta de se desenvolver outro projeto de cidade tendo como pano de fundo a construção de uma cultura de direitos em que tais eixos a componham.

Avançando para a divisão de Educação, temos uma breve contextualização do sistema educacional do município. Chama atenção o seguinte apontamento:

... é importante alcançar a universalização da Educação Integral na rede municipal de educação e integrar as políticas de cultura e educação para transformar as escolas municipais em pólos de preservação da memória dos bairros e promoção da cultura popular. Queremos uma mudança completa de modelo! Somente assim iremos avançar na defesa de uma educação pública, de qualidade, democrática, laica e socialmente referenciada. Educação não é um negócio, escola não é fábrica e aluno não é mercadoria. (CANDIDATURA MARCELO FREIXO E LUCIANA BOITEUX, 2016, p. 45).

Sendo assim, a utilização da escola como polo de difusão e preservação da cultura popular converge diretamente com o apontamento de uma escolha política-docente, inclusive na Educação Física, comprometida com a escolha de conteúdo contextualizado com as práticas corporais produzidas e articulada como pilar para um projeto pedagógico maior, a partir da relevância social dos conteúdos.

Porém, a concepção de Educação Física não nos parece diretamente norteada pelas teorias críticas da área. Isso é visível quando defende a garantia “[...] às escolas municipais o acesso aos equipamentos e instalações esportivas dos clubes de bairro e integrá-los às estratégias de desenvolvimento da educação física e do esporte de alto rendimento.” (CANDIDATURA MARCELO FREIXO E LUCIANA BOITEUX, 2016, p. 48).

Tal relação direta com o aproveitamento dos clubes de bairro precisa ser colocada com cuidado, para que não reforce os setores mais conservadores do campo que apontam a utilização



da escola para a formação de atletas e articulem a Educação Física diretamente com o esporte de alto rendimento. Por muito tempo decantado em propostas de diversos matizes, a utilização de clubes de bairro- em alguns casos esses clubes possuem grandes dívidas com entes estatais- pelo poder público para execução de suas políticas torna-se interessante em caso de carência de espaços apropriados ou como valorização da organização cultural dos bairros. Muitos clubes possuem piscinas, quadras esportivas, salões de atividades variadas, campos de futebol que de fato podem servir à população. Contudo, na execução concreta das políticas, tal eixo precisa de avaliação cuidadosa e transparente, além de importante norteamento pelas reflexões críticas já acumuladas. Só assim, de fato o interesse público estaria resguardado e os encaminhamentos possivelmente convergindo com uma real proposta de transformação.

Avançando então para o eixo do esporte, temos como contextualização a importante crítica ao ciclo de megaeventos sediados na cidade. Para que possamos analisar o eixo com maior exatidão, é importante a leitura integral dessa longa passagem no plano:

Nos últimos anos, o poder público tem se aproveitado da paixão do brasileiro pelo esporte para implementar projetos de grande impacto socioambiental. Em nome dos Jogos Pan-Americanos, da Copa do Mundo e das Olimpíadas, a prefeitura alimenta esquemas lucrativos, articulando os desejos das oligarquias locais com os interesses da elite global. Por um lado, garante subsídios, financiamentos e legislações especiais. Por outro, busca não somente mercantilizar os direitos sociais como criminalizar as críticas, os conflitos urbanos e as demandas trabalhistas que se opõem ao atual modelo de desenvolvimento. Os megaeventos serviram, assim, como verdadeiros estandartes de um processo de mercantilização da vida que, desde meados dos anos 90, vem lentamente transformando a cidade do Rio de Janeiro, tendo atingido, nos últimos anos, um novo patamar em escala, intensidade e alcance. Nesse cenário, o esporte foi entregue ao mundo dos negócios. Estádios e arenas são fechados sem nenhum critério, apenas para garantir novos contratos de construção civil em reformas desnecessárias. Os poucos equipamentos públicos que funcionam estão decadentes. As políticas voltadas para o esporte estão descoladas da política de educação. E não existem programas comunitários de esporte orientados para a garantia do lazer dos mais jovens e para a promoção da saúde dos mais idosos. No nível do esporte de alto rendimento, a situação também é dramática. Na cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016, nossos melhores atletas não tem sequer onde treinar, pois para favorecer as empreiteiras, nos últimos anos, o Parque Aquático Maria Lenk e o Estádio Olímpico João Havelange foram fechados, o Célio de Barros virou um estacionamento, o Estádio de Remo foi transformado em um shopping, e o Velódromo Municipal do Rio de Janeiro foi destruído. Sem contar o Parque Aquático Julio De Lamare que continua fechado, aguardando reformas. Vivemos, portanto, um processo de elitização do esporte que precisa ser enfrentado. Defendemos políticas na área de esporte que promovam a saúde, a cultura e a paixão. Esporte é mais do que uma manifestação cultural, é um direito fundamental. (CANDIDATURA MARCELO FREIXO E LUCIANA BOITEUX, 2016, p. 66).

A contextualização do eixo do esporte se mostra de grande acúmulo em relação ao que vem sendo os megaeventos esportivos para a cidade e está em consonância com uma análise crítica a partir do entendimento do papel que o ciclo dos megaeventos cumpriu para a burguesia brasileira e mundial, com o maior acirramento de divisão da cidade em suas áreas periféricas e áreas estratégicas para o turismo e os eventos esportivos, citando inclusive casos emblemáticos



de retirada de direito ao esporte pelos interesses dos negócios. A identificação do esporte como cultura dos trabalhadores, seu processo de elitização e principalmente como direito mostra um grande avanço. Porém, é ausente o debate da concepção esportiva. A necessária discussão de sua democratização do acesso ao espetáculo esportivo e a vivência esportiva como lazer nos bairros, praças, quadras públicas, torneios comunitários, escolares, precisa vir acompanhada sempre de uma problematização dos sentidos do esporte de rendimento. Trazer os esportes do campo do espetáculo alienante, elitizado, como instrumento de educação comportamental moralizante para uma vivência cultural lúdica como direito social é uma tarefa político pedagógica urgente e necessária em um programa de esquerda socialista como do PSOL que só ocorrerá com a devida responsabilidade com as produções teóricas e práticas já construídas na Educação Física.

Outro ponto que identificamos é novamente a relação estreita da Educação Física com o esporte de alto rendimento que se constrói quase como natural e direta no documento, como podemos identificar nas seguintes propostas:

- Traçar uma estratégia de reaproveitamento dos equipamentos olímpicos destinados aos Jogos de 2016 que estiverem localizados em terrenos ou imóveis de propriedade da Prefeitura, visando transformá-los em centros de desenvolvimento da educação física e formação de atletas de alto rendimento;
- Estabelecer um calendário municipal de competições esportivas nas diversas modalidades, definindo uma estratégia de fortalecimento dos esportes amadores e do esporte de alto rendimento, integrando os clubes e as escolas da cidade;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um programa de incentivo e fomento que promova a revitalização dos clubes de bairro, reavaliando as contrapartidas sociais e a questão das dívidas dos clubes para garantir às escolas municipais o acesso aos equipamentos e instalações esportivas dos clubes e integrá-los às estratégias de desenvolvimento da educação física e do esporte de alto rendimento. (CANDIDATURA MARCELO FREIXO E LUCIANA BOITEUX, 2016, p. 67).

Sendo o PSOL um partido de esquerda socialista é essencial que essa concepção de mundo e projeto societário transpareça para seu programa. No caso das políticas de esportes e Educação Física precisa saltar aos olhos a divergência programática com outras candidaturas. A diferença para o programa do PMDB ou de PRB-CRIVELLA não pode ser apenas a existência de um “calendário municipal de competições esportivas”. Precisa disputar as concepções de esportes com o projeto dominante. Isso quer dizer promover enfrentamento da lógica meritocrática, excludente e pouco participativa das competições comunitárias que reproduzem as lógicas do esporte de rendimento. Ao relacionar-se com sistema educacional isso ganha ainda mais urgência, por incidir na formação humana de crianças e adolescentes. O esporte da escola (COLETIVO DE AUTORES, 1992; OLIVEIRA, 2001) precisa ser a referência desse projeto ao tratar especificamente desta prática corporal, mas é também necessário ampliar o entendimento da Educação Física tendo a Cultura Corporal como seu elemento central.



Portanto, podemos concluir um escanteamento das produções críticas no campo mesmo pelo programa da coligação mais à esquerda. Este escanteamento é histórico e é preciso estar atento para isso. Os acúmulos de experiência exitosas do campo crítico a frente de experiências de gestões municipais e estaduais, assim como seus limites, podem servir de guia. Dessas mesmas experiências saltam os alertas de manutenção de pontos caros ao projeto dominante que não foi possível- ou sequer tentado- enfrentar. Como afirma Castellani Filho (1998), não basta apenas a garantia de acesso ao esporte a partir de sua democratização, presente em diversos momentos como finalidade das políticas, mas também sua ressignificação apontando para reflexões sobre suas características e valores, cumprindo assim um papel pedagógico crítico, não contribuindo para a disseminação ideológica do capital (como direta ou indiretamente podemos identificar no plano).

O plano em questão traz avanços ao identificar o processo de mercantilização do esporte e sua utilização para o projeto segregador de cidade, justificando diversas ações arbitrárias de remoções e fechamento de espaços públicos, além da intensificação das Parcerias Público Privadas em diversos setores. Todavia, ainda traz o esporte de alto rendimento de forma não problematizada e limita a Educação Física a ele. Mais uma vez reafirmamos a necessidade de que os próprios campos da esquerda se apropriem do debate crítico da Educação Física, historicamente escanteado.

PLANO DE GOVERNO COLIGAÇÃO “POR UM RIO MAIS HUMANO”. PREFEITO: MARCELO CRIVELLA (PRB) E VICE-PREFEITO: FERNANDO MAC DOWELL (PR)

Agora iremos nos debruçar sobre o plano de governo do candidato eleito para a gestão da cidade do Rio de Janeiro por quatro anos (2016-2020). Com um total de oito páginas, é estruturado com a apresentação em tópicos de objetivos centrais para a gestão, seguidos de princípios que a nortearão, e em sequência, cinquenta propostas divididas nas áreas: Saúde, Educação, Segurança e Guarda Municipal, Mobilidade Urbana e demais áreas temáticas.

Nos objetivos centrais para a gestão, podemos identificar grande amplitude nos tópicos. Destacamos o pressuposto político ideológico basilar desse projeto representado por Marcelo Crivella (PRB). No quinto tópico há o destaque que a meta central seria: “Unir os cariocas de todas as ideologias em torno de um projeto comum para o Rio a partir de consultas permanentes e um diálogo democrático com a população.” (CANDIDATURA MARCELO CRIVELLA E FERNANDO MAC DOWELL, 2016, p. 1).

Já figurando como norteador a perspectiva conciliadora, temos aproximações com a preocupação dos organismos internacionais em fazer valer o papel pedagógico da suposta “superação” dos conflitos de classe, assim como expresso no plano do candidato da coligação “Juntos pelo Rio”. Sem ser nenhuma surpresa, a apresentação de uma sociedade sem antagonismos é presença constante nos projetos políticos de partidos e intelectuais de direita.



Negar a existência de interesses antagônicos é um princípio basilar da atuação político pedagógica dos organismos burgueses. Também é possível ser encontrada essa posição de conciliação de classes e negação de interesses antagônicos em partidos e intelectuais que compõem a chamada Esquerda para o capital. (COELHO, 2005). A união desta com a chamada direita para social- marcado por preocupações discursivas com pobreza e a chamada iniquidade, ao lado de políticas e ações efetivas promovedoras desse quadro- compõem o quadro de dominação de classe do projeto neoliberal renovado das décadas iniciais do século XXI. (NEVES, 2010).

Essa concepção acima destacada é materializada na primeira menção às atividades esportivas, culturais e de lazer. O Plano de Governo da Candidatura Marcelo Crivella defende que:

Elevar o padrão da qualidade de vida em todas as regiões da cidade do Rio de Janeiro para que todos os seus moradores possam ter uma existência agradável independentemente de serem ricos ou pobres. Isso significa o acesso descomplicado aos serviços públicos de qualidade, a limpeza das áreas públicas, a boa iluminação, o saneamento, a qualidade do revestimento asfáltico das ruas e avenidas, a preservação do meio ambiente, o acesso as atividades culturais, esportivas, artísticas, o emprego e o lazer. (CANDIDATURA MARCELO CRIVELLA E FERNANDO MAC DOWELL, 2016, p. 1).

Mesmo com a naturalização das desigualdades sociais, indica a necessidade de acesso aos direitos básicos por parte dos serviços públicos. Mesmo valendo-se de expressões dúbias como “acesso descomplicado”, a solução apresentada para esta garantia não é novidade. Chama mais uma vez atenção o campo do esporte como um dos elementos centrais nestes marcos.

Avançando para os princípios norteadores do plano, e conseqüentemente, da gestão de Crivella, podemos ressaltar principalmente dois tópicos: “Combater de forma contundente qualquer prática de corrupção na Prefeitura [...]” (CANDIDATURA MARCELO CRIVELLA E FERNANDO MAC DOWELL, 2016, p. 1) e:

Assegurar uma gestão técnica e profissional de toda máquina pública (livre de interesses partidários ou de qualquer influência ou discriminação por gênero, raça, idade, credo ou opção sexual) e ser absolutamente transparente e responsável com o uso dos recursos públicos e com as finanças do Município;(CANDIDATURA MARCELO CRIVELLA E FERNANDO MAC DOWELL, 2016, p. 1).

A apartidarização presente nos parece no mínimo cômico em um plano obviamente partidário de um sistema político estruturado a partir da organização partidária. A preocupação em tornar o óbvio, não óbvio, evidencia se alinhar com a preocupação de atender discursos presentes no senso comum que apontam para a despolitização e criminalização da política de forma geral e a lógica de combate à corrupção de maneira apolítica⁶.

Avançando para as propostas, podemos identificar a fortíssima presença das Parcerias Público Privadas e diferentes formas de privatização em praticamente todas as divisões do plano. Estando no mesmo campo político do PMDB, inclusive compondo alianças em diversos



estados e cidades, não é nenhuma surpresa essa aproximação programática no tocante à privatização da ação estatal. Na Educação, por exemplo, o primeiro tópico, décimo primeiro geral do documento, já deixa claro o projeto político para a área:

11. Criar 20 mil novas vagas em creches e 40 mil novas vagas em pré-escolas até 2020 através de uma PPP onde o parceiro privado fique responsável pela construção e manutenção administrativa das novas unidades de ensino infantil (EDIs) e a Prefeitura, pela parte pedagógica e pela merenda escolar (por conta das exigências do Ministério da Educação para repasse das verbas da merenda) –mesmo modelo de Belo Horizonte. (CANDIDATURA MARCELO CRIVELLA E FERNANDO MAC DOWELL, 2016, p. 3).

Sendo assim, fica responsável pela manutenção administrativa o setor privado, enquanto a prefeitura pela parte pedagógica. A partir desta análise, não há o reconhecimento de que a manutenção administrativa de uma escola também é pedagógica e deve estar diretamente relacionada com o projeto político de determinada escola. Aponta então para uma perspectiva meramente empresarial da administração escolar e fortalece este setor pela lógica do negócio.

A proposta 19 é extremamente relevante para este trabalho que busca encontrar evidências de aproximação às orientações do projeto neoliberal, principalmente em relação ao esporte e sua relação com a educação. O Plano de Governo de Marcelo Crivella/PRB propõe o estabelecimento de:

19. parcerias com organizações culturais, esportivas e profissionalizantes do terceiro setor para complementar a carga horária dos anos finais do ensino fundamental (antigo ginásio) com atividades culturais, esportivas ou oficinas de formação profissional - objetivando acabar com os atuais níveis de evasão escolar. (CANDIDATURA MARCELO CRIVELLA E FERNANDO MAC DOWELL, 2016, p. 4).

É extremamente claro o apontamento que para a complementação de carga horária se busca através de parcerias com organizações do terceiro setor, prática que vem sendo realizada e intensificada principalmente nos anos de gestão Eduardo Paes (PMDB), como apontamos sobre suas políticas em relação às Organizações Sociais (OSs). Mais ainda, chamar os programas de Educação Integral de complementação de carga horária é uma regressão de mais de 40 anos.

Caminhando para o término do plano, se repete um dos jargões usado várias vezes: “Por um Rio Mais Humano!” (CANDIDATURA MARCELO CRIVELLA E FERNANDO MAC DOWELL, 2016, p. 8) como última frase do documento. Portanto, a partir da análise do plano, fica evidente as relações público-privadas e a garantia da continuidade do corporativismo empresarial, por mais que não necessariamente os mesmos. Finalmente, quais são as pessoas (ou interesses) que se pretende cuidar em oito páginas?

CONCLUSÃO



Ressaltamos a defesa da privatização, a partir de uma suposta e naturalizada maior eficiência de abordagem empresarial da ação estatal por meio das chamadas Parcerias Público privadas nos programas “Juntos pelo Rio” (Pedro Paulo\PMDB) e “Por um Rio mais Humano” (Marcelo Crivella\PRB). Esses ditos parceiros seriam instituições não governamentais, respaldadas pelo discurso de responsabilidade social, ou empresas assumidamente lucrativas.

Os planos das coligações “Juntos pelo Rio” e “Por um Rio mais Humano” apresentados, por mais apolíticos que tentem parecer com características fundamentais de naturalização/superação da luta de classes por indicações de apaziguamento, ou como bem explicitado pelo plano da segunda coligação citada de tentativa de união de todas ideologias, como vimos anteriormente no presente trabalho, mostram na realidade um apontamento para a impossível tentativa de formar a paz classista. Não existe processo mais político e comprometido com o não questionamento da ordem social capitalista que apresentá-lo como possível de superar suas mazelas por meio da união de classes.

No eixo do esporte e seu entrecruzamento com a escola, os três planos não se aproximam do debate crítico que perpassa décadas sobre o esporte da escola e o esporte na escola. No primeiro, o esporte ao entrar nas escolas passa a ter um caráter pedagógico e direcionamento político claro em referência direta ao próprio funcionamento escolar, enquanto o segundo é a simples transposição sem modificações do esporte de rendimento fora do eixo escolar. Há a simples colocação do esporte na escola sem maiores preocupações de problematização do mesmo. (COLETIVO DE AUTORES, 1992; OLIVEIRA, 2001).

As indicações do esporte como forma de estratégia para ocupação dos tempos vagos na escola também é extremamente presente, articulando-se com projetos extracurriculares materializados, por exemplo, por parcerias com organizações do terceiro setor, com pouca ou nenhuma relação com o projeto pedagógico das escolas. As vivências esportivas (e também as diversas manifestações artísticas) tornam-se um elemento estranho ao projeto pedagógico e não parte integrante de uma perspectiva de ampliação da jornada escolar com pretensões de enriquecer a experiência de estada na escola. Trata-se de, precariamente, inserir esporte e arte na escola como ocupadores do tempo. A história está repleta de exemplos de fracassos de experiências nessas bases na educação brasileira.

O plano da coligação “Mudar é Possível” (Marcelo Freixo\PSOL) indica avanços ao questionar a lógica mercantil que vive a cidade, tendo como prioridade os interesses dos pequenos, porém poderosos, grupos empresariais da cidade. Identificando as práticas históricas das políticas públicas regidas pela suja burguesia carioca. Além de questionar as parcerias público privadas como solução para a melhora da qualidade dos serviços públicos e colocar em xeque o verdadeiro funcionamento dessas relações. No campo esportivo, esse plano de governo é preciso na análise da retirada de direitos que a cidade vem sofrendo através principalmente do ciclo dos megaeventos. Tem importante análise crítica e de enfrentamento a este projeto.



Mas também possui seus limites. Notam-se poucos enfrentamentos nas disputas ideológicas no esporte. Onde os próprios setores de esquerda, como expresso neste documento, reproduzem discursos de transformação social, de mudanças de vidas, da recreação alienada, do esporte na escola, da preocupação hegemônica com o esporte de alto rendimento, etc e deixa praticamente todo o horizonte do campo para a total regência burguesa ao não dialogar com as produções críticas da Educação Física e demonstrar pouca aproximação com debates fundamentais.

Portanto, aqui não apontamos pelo fim da disputa ao esporte de caráter popular ou pela sua supressão nos projetos políticos, mas sim pelo entendimento da necessidade de não submetermos todas as outras práticas corporais como menos importantes pela simples relevância econômica e de entender as relevâncias sociais não havendo neutralidade em nenhuma esfera. Caminhamos aqui para uma perspectiva em que possamos avançar para a consciência de classe a partir da emancipação da classe trabalhadora dos grilhões que prendem seus sujeitos.

Ou seja, propomos vivências que fazem sentido para o ser, mesmo que não faça para uma sociedade racionalista do capital que não entende o tempo da classe trabalhadora não servindo ao dinheiro, a ponto em que as próprias práticas de lazer, sejam elas esportivas ou não, são sequestradas para atenderem a dinâmica da lógica mercantilizadora e de empobrecimento de seus sentidos críticos. Que consigamos apontar para a valorização das produções da classe trabalhadora e que a Educação Física esteja norteada pelos interesses de todos aquelas e aqueles que lutam cotidianamente para sua existência e condições dignas de vida: das aldeias aos quilombos, das favelas às ruas do subúrbio, do samba ao jongo, do coco à peteca, da capoeira ao huka-huka, do futebol ao passinho, dos conhecimentos e movimentos revolucionários do corpo produzidos na história às “quadras de aula” das escolas. Que possamos contribuir para o questionamento do motivo do cansaço dos corpos expropriados, das opressões, dos valores comportamentais que criminalizam e tentam apagar os sentidos dos movimentos corporais como possíveis expressões anticapitalistas. Assim sendo, que apontemos como campo para a valorização das produções corporais populares e para a luta pelo direito de jogar e ser partícipe do processo de sua própria alegria.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO, J. Empresa que construiu ciclovia que ruiu é da família do secretário de Turismo do Rio. **Jornal Estadão**, 21 abr. 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/empresa-queconstruiu-ciclovia-que-ruiu-e-da-familia-do-secretario-de-turismo-do-rio/>. Acesso em: 23 maio 2017.
- BERTOLOTTO, R. Vilas olímpicas do Rio sofrem com tiros, atrasos e lixo. **Uol**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas->



noticias/olimpiadas/2016/08/05/vilas-olimpicas-do-rio-sofrem-com-tiros-atrasos-e-lixo.htm. Acesso em: 05 mar. 2019.

BRACHT, V. **Educação Física e ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

BRASIL. **Lei das Eleições nº 9.504/97 de 30 de Setembro de 1997**. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. **Lei nº 12034/09, de 29 de Setembro de 2009**. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm. Acesso em: 10 maio 2017

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Calendário Eleitoral para as eleições municipais 2016**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/calendario-eleitoral>. Acesso em: 13 abr. 2017.

CANDAL, E. B. **O projeto neoliberal e a educação física esportivizante no alto do pódio: os planos de governos dos candidatos a prefeito do Rio de Janeiro e suas relações com a V MINEPS (UNESCO)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CANDIDATURA MARCELO CRIVELLA E FERNANDO MAC DOWELL. **Coligação por um Rio mais humano**. Rio de Janeiro: Coligação PRB, 2016.

CANDIDATURA MARCELO FREIXO E LUCIANA BOITEUX. **Coligação mudar é possível**. Rio de Janeiro: Coligação PSOL, 2016.

CANDIDATURA PEDRO PAULO E CIDINHA CAMPOS. **Coligação juntos pelo Rio**. Rio de Janeiro: Coligação PMDB, 2016.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e educação física**. Campinas: Autores Associados, 1998.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. São Paulo: Xamã: 2005.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 52-71.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 6. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1994.

MAIS da metade das vilas olímpicas do RJ estão fechadas: prefeitura diz que está firmando contratos emergenciais para a manutenção dos locais. Pelo menos 13 das 22 unidades estão fechadas e abandonadas. **G1**, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de->



janeiro/noticia/mais-da-metade-das-vilas-olimpicas-do-rj-estao-fechadas.ghtml. DATA16-01-2017. Acesso em: 05 mar. 2019.

MELO, M. P. de. O programa vilas olímpicas na cidade do rio de janeiro no período 2000-2009: a gestão por organismos do chamado terceiro setor antes da lei das OSS (Lei 5026/2009). **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 24, p. 1367-1380, out./dez. 2017.

NEVES, L. M. W. (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, S. A. de. **Reinventando o esporte**. Campinas: Autores Associados, 2001.

QUAINO, L. 'Olimpíada serviu para tornar a cidade mais integrada e mais justa', diz Paes. **G1**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2015/08/olimpiada-serviu-para-tornar-cidade-mais-integrada-e-mais-justa-diz-paes.html>. Acesso em: 24 mar. 2019.

RODRIGUES, R. Prefeitura anuncia para maio reabertura de 15 vilas olímpicas. **Jornal O Globo**, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-anuncia-para-maio-reabertura-de-15-vilas-olimpicas-21216429>. Acesso em: 05 mar. 2019.

Notas

¹ Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Educação Física na Educação Básica do Rio de Janeiro. Contato: candal.ufrj@gmail.com

² Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: marcelaomelo@gmail.com

³ Afastado do cargo em 05 de maio de 2016 pelo STF em sequência por sérias acusações de corrupção, renuncia à Presidência da Câmara em 07 de julho de 2016. Eduardo Cunha está preso desde outubro de 2016, tendo sido condenado em alguns processos.

⁴ Em 2017 houve nova alteração nesse artigo e caiu para 5 número de parlamentares (deputados e senadores) necessários que o partido deve possuir para estar presente nos debates.

⁵ No pleito de 2018, tanto Eduardo Paes (ao governo do estado do Rio de Janeiro) como Pedro Paulo (Câmara de Deputados) concorreram pelo partido Democratas (Ex PFL).